

Faltam condições para plano, diz Haddad

Estabilização depende de ajuste fiscal, dívidas do setor público e normalização do fluxo de recursos estrangeiros

PAULO ASSUNÇÃO

BELO HORIZONTE — O plano de estabilização econômica que está sendo preparado pelo governo, de acordo com o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, só entrará em vigor aos poucos, quando existirem algumas pré-condições na economia, como o ajuste fiscal funcionando, a eliminação dos grandes passivos — de Estados e municípios com bancos federais, de estatais com seus credores, renegociação da dívida externa —, e, em terceiro lugar, a normalização dos fluxos de recursos estrangeiros para o País. “O mais próximo de acontecer é a normalização dos fluxos de recursos internacionais”, afirmou o ministro em Belo Horizonte.

Na opinião de Haddad, não é possível executar um plano de estabilização “num terreno que está cheio de problemas”. “Esse plano

não vai ser apresentado de uma única vez, mas por meio de medidas que vão aparecendo ao longo das próximas semanas”, afirmou. O ministro reiterou que não é possível adotar medidas rápidas para resolver os problemas econômicos de uma só vez.

Sem ruptura — Haddad garantiu que o plano será adotado por meio de ações administrativas e de mercado, “sem que haja nenhuma ruptura das relações contratuais”. O ministro voltou a descartar qualquer medida semelhante às adotadas pelo seu colega argentino, Domingo Cavallo, com quem jantou no dia 20 de dezembro em Buenos Aires.

O ministro confirmou, porém, que no jantar com Cavallo, para tratar do encontro dos presidentes do Cone Sul no Uruguai, ele recebeu e deu sugestões ao ministro argentino. Uma das sugestões que ouviu foi o método

de combate à sonegação fiscal colocado em prática na Argentina para redução dos passivos entre governo federal, províncias e estatais.

Juros — Haddad disse que o desencontro com o presidente Itamar Franco a respeito da elevação das taxas de juros “foi equacionado” na reunião de sábado em Brasília. “Ficou esclarecido que há determinados momentos em que o Banco Central tem de fazer um ajuste técnico na taxa de juros”, afirmou.

“O objetivo do presidente, de redução permanente dos juros para a retomada do crescimento e evitar a recessão e o desemprego, também é um objetivo da área econômica”, disse. A intenção, explicou o ministro, é de que os juros caiam para o nível internacional, um pouco acima dos juros externos, “talvez num nível que possa efetivamente estimular os investimentos”.